

## **Movimento dos Trabalhadores Sociais em Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes em Situação de Risco Pessoal e Social**

*"Vamos educar as crianças para que não se prendam os homens".  
Terezinha Helena - pedagoga*

### **HISTÓRICO**

A partir do 2º semestre do ano de 2002 iniciou-se o Programa de Educação de Rua – PER, no centro expandido de São Paulo (Centro Velho, Tiradentes, Região da Luz, Lapa, Pinheiros, Praça Marechal Deodoro, Butantã, Pacaembu, Freguesia do Ó e mais que faltarem) em uma parceria da Prefeitura do Município de São Paulo com a Fundação Projeto Travessia.

O PER caracteriza-se pelo trabalho diário em que "educadores desenvolvem atividades nas ruas com crianças e adolescentes, para que deixem de utilizá-las como espaço de permanência e moradia, em trabalho na construção de vínculos de confiança entre educadores e crianças".<sup>1</sup>

Este trabalho já era realizado no Centro Velho de São Paulo pela Fundação Projeto Travessia desde o ano de 1996 gestado por empresas e sindicatos de trabalhadores.

A Sra. Marta Suplicy, prefeita do município de São Paulo, eleita para administrar a cidade com uma proposta democrática, participativa e cidadã, seguindo seu programa de governo (pensei em citar/transcrever o que se propôs para a criança e o adolescente no programa de governo, mas não o tenho), abriu licitação(?, quando? Como?) sendo a Fundação Projeto Travessia aprovada para iniciar a parceria.

Além do PER a Fundação teve aprovadas e assumiu, suas propostas de trabalho nas zonas sul e leste da capital, com as Estações Cidadania e Casas de Acolhida, uma em cada região.

Os educadores sociais da Fundação Projeto Travessia deveriam atuar, em todos os programas, em parceria com a rede instalada na cidade (saúde, educação, cultura, lazer, esporte, assistência social).

---

1. BRASÍLIA, DF: Fórum Mídia & Educação, 2001. Fontes de educação: guia para jornalistas. CENPEC.



Durante os 19 (dezenove) meses de trabalho, contados a partir de agosto/2002 até março/2004, muitas dificuldades foram enfrentadas pelos educadores ao buscarem a parceria com a rede.

Exemplos vários podem ser citados:

- a recusa da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo para atender um adolescente sem documento (embora eu tenha entrado em contato com o SindSaúde (Sindicato que representa os trabalhadores da saúde, sejam técnicos, administrativos ou operacionais, no estado de São Paulo), mesmo não sendo eu a educadora que encaminhava a questão, a diretora que me atendeu informou que a Santa Casa é referência do SUS e não poderia ter se recusado a atender em hipótese alguma, citou o ECA e disse ainda que caberia um Boletim de Ocorrência. Nenhuma denúncia foi feita);
- a inexistência de vagas nas casas de acolhida;
- a "escolha" do adolescente para ser aceito nas casas de acolhida;
- a falta de vagas no ensino regulamentar, desde creches até ensino fundamental e médio;
- a ausência de programas para atendimento às famílias;
- os obstáculos encontrados para a participação dos educadores nos Fóruns instituídos (regionais, municipais, estaduais) em defesa da criança e do adolescente; nas Conferências regionais, municipais, estaduais e nacionais que ocorreram no ano de 2003; nos Conselhos de Segurança/Conseg's e demais espaços aglutinadores de discussão que envolvem os direitos da criança e do adolescente em situação de risco pessoal e social;
- a falta de conhecimento dos presumíveis parceiros (polícia) da presença dos educadores sociais da Fundação nas ruas (Pinheiros por exemplo, educadores desrespeitados e veladamente ameaçados por policial que escondia arma de cano curto entre a mão e o peito, não dirigindo a palavra a eles, mesmo estado estes com o crachá visível, denúncias mal encaminhadas que geraram notificação para comparecimento na Delegacia de Polícia para depoimento, que chegou em nome da educadora);
- a falta de estratégias para ações com os já ditos presumíveis parceiros que poderiam colocar crianças e adolescentes em medidas protetivas e não em risco (como aconteceu na praça Marechal Deodoro: as crianças apanharam da polícia, os conselheiros tutelares ficaram olhando, os educadores foram parar na delegacia, quando a ação era para prender o traficante e possibilitar que as crianças não fossem mais exploradas por ele, na seqüência as crianças e adolescente voltaram para a rua, poucos dias depois o traficante);

- ausência de atendimentos a jovens adultos (18 a 22 anos?);
- condições de precárias de trabalho (espaço físico) dos educadores na Fundação B. Travenço (ocupado).
- Apesar da existência de prestações de contas municipais destinadas para o Projeto Travenço.

• ausência de atendimento a jovens adultos

•

*problemas em relação ao trabalho para educadores*

- a dificuldade para negociar um acompanhamento mínimo após a reintegração familiar ou mesmo quando da adoção de medidas sócio-educativas;
- Etc, etc, etc...

No ano de 2004 a prefeitura lançou novo edital (como é de lei?) para licitação, em que constavam a expansão do número de Casas de Acolhida e de Estações Cidadania, como já era previsto, aumentando também a área a ser abrangida pelo PER. No entanto não disponibilizou verba suficiente (verificar os valores).

Apenas a Fundação Projeto Travessia apresentou proposta procurando adequar a verba disponível com a demanda solicitada, o que não foi aceito pela prefeitura.

Diante desta situação o trabalho descaracterizou-se, pois os educadores foram colocados, sob orientação da Secretaria de Assistência Social (reunião SAS 12/03/2004), em aviso prévio a partir de 1º de março de 2004. Sendo assim, o quadro de trabalhadores diminuiu sensivelmente, levando-se em conta que um número considerável de educadores buscou nova colocação, já que se encontravam frente a frente com a situação do desemprego. Alguns outros que não conseguiram pronta recolocação optaram por manter o aviso prévio, diante do desapontamento causado pela falta de seriedade e compromisso das partes empregadoras, mesmo que em certos momentos houvesse por parte da Fundação o aceno de que alguma possibilidade de continuidade poderia existir, o que de fato ocorreu, mas temporariamente: o convênio foi prorrogado até o final de maio, período no qual se daria o processo de transição para outra entidade que viesse a assumir o trabalho de educação de rua no centro de São Paulo, o que não ocorreu até o momento. Aponta-se ainda a possibilidade da Fundação dar continuidade para o PER, com diminuição de carga horária e salários, em prejuízo dos atendimentos.

Outras entidades (por exemplo D. Duarte) em decorrência da diminuição do repasse de verbas para a área social também diminuiu seu quadro de empregados sobrecarregando o serviço (informação obtida pela Haydé) o que provocou a saída de educadores. Para compensar estas inesperadas demissões a entidade contratou dois funcionários por salários menores.

As atividades desenvolvidas nas regiões sul e leste foram assumidas por outras entidades que contrataram educadores sociais por salários menores.

Como é possível manter a qualidade do trabalho diante de tantos desmandos? Como garantir o atendimento se o educador que diariamente está em contato direto com a criança ou adolescente na rua, nas casas de acolhida ou estações cidadania não tem um terreno firme para auxiliar o educando a planejar sua história de vida? Haverá alguém para dar continuidade ao trabalho? Quem será este educador? Já não basta tantas e tantas perdas sofridas por estas crianças, adolescentes e suas famílias, até



mesmo antes de nasceram, num desrespeito acintoso ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)?

Com tantas indagações e indignações os educadores sociais, profissionais capacitados e responsáveis, comprometidos com a possibilidade de uma sociedade mais justa, começaram a se organizar. Foram 4 (?) encontros que culminaram com uma manifestação de educadores que percorreu as ruas do centro de São Paulo no dia 23/03/2004. Durante o trajeto, paramos diante do prédio da SAS, quando a Sra. Márcia não sei das quantas, chefe do gabinete da Secretária de Assistência Social, Sra. Aldaíza Sposatti, veio ter com os manifestantes, julgando que estes reivindicavam a manutenção dos empregos, que aliás é legítimo, mas foi esclarecido que não era disto que tratávamos naquele momento, mas sim da manutenção dos serviços prestados.

Seguimos até o Viaduto do Chá, onde fizemos nossa segunda parada em frente ao Gabinete da Prefeitura de São Paulo. Um grupo de representantes composto por um membro do Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum CMDCA), um representante do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente da Sociedade Civil da Cidade de São Paulo (CMDCA), um conselheiro do Conselho Tutelar Sé, o coordenador da Organização Não Governamental (ONG) (?) Cheiro de Capim, um educador da Fundação Projeto Travessia, foi recebido pelo assessor... (completar)

## **CONSIDERAÇÕES**

Por um lado procura-se implementar apenas nas regiões sul e leste, via Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, o Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar PROASF. Segundo a Sra. Márcia não sei do que, o programa é criado como consequência dos resultados apresentados pelos relatórios da Fundação, que apontam a necessidade do atendimento às famílias (reunião SAS 12/03/2004).

Por outro lado, através das necessidades levantadas no Fórum Regional Sé/Comissão Social, pelos educadores de rua e de abrigos, a SAS/Central encomenda projeto emergencial ao que os educadores responderam com o Projeto Ponte, caracterizado para atender 30 crianças por equipamento, que estejam na região central como acolhimento não definitivo, nem duradouro, mas emergencial, para propiciar encaminhamentos a posteriori.

Alguns equívocos começam a se apresentar. Um deles, e talvez o mais importante, é sobre o PROASF. Este Programa foi aprovado na reunião do CMDCA, realizado em 19 de fevereiro de 1995. Caracteriza-se por uma necessidade de implementação de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, a ser implantada globalmente na cidade de São Paulo, não sendo o que hoje se realiza nas regiões sul e leste.



O PROASF exaustivamente estudado, implementado supervisionado no período de 1995/1996 tem como base a família, sendo constituído por 7(sete) programas que se complementam, num fluxograma não equipamentista. Neste fluxograma cada sub prefeitura teria:

- educadores de rua;
- conselhos Tutelares com seus conselheiros devidamente capacitados como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e uma equipe técnica;
- casas de passagem com equipe de educadores, técnicos e trabalhadores da infra-estrutura, envolvendo ainda todas as subsecretarias de cada sub prefeitura.

Um dos programas do PROASF é a educação cooperativa, fundada em 03 eixos: teoria e prática do trabalho, educação formal e cooperativismo (produção e serviço).

Outra peça importante deste Programa é o trabalho com a comunidade, tanto a que precisa de apoio como a que não precisa, buscando ainda as potencialidades dos envolvidos e não as necessidades, com o objetivo de que realmente sejam sujeitos de direito, protagonistas, construtores e executores de fato e de direito de suas histórias de vida.

Provavelmente, decorridos alguns anos da bem sucedida experiência, sejam necessários alguns ajustes, pois muitas águas rolaram nesta última década, o que não invalida seus atributos progressistas.

## **COMO AVANÇAMOS**

Diante de todo o exposto é possível constatar o descaso das autoridades responsáveis pela implementação dos programas de atendimento a uma população que sofre as conseqüências de políticas sócio-econômicas perversas, presente hoje em todo o planeta e que estas mesmas autoridades teimam em reproduzir na nossa cidade, no nosso país e na nossa Latino América.

Fruto de uma identidade individualista e fragmentada pensam em soluções pontuais que em nada auxiliam para a construção de um mundo mais solidário e justo.

Por isso continuamos a nos organizar, buscando parceiros para aprofundar nosso entendimento sobre o tema, a fim de consolidarmos ações que fortaleçam a mudança dos rumos que aprofundam a desigualdade, a injustiça, a fome e a exclusão da maioria da população.



## **Movimento dos Trabalhadores Sociais em Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes em Situação de Risco Pessoal e Social**

*"Vamos educar as crianças para que não se prendam os homens".  
Terezinha Helena - pedagoga*

### **HISTÓRICO**

A partir do 2º semestre do ano de 2002 iniciou-se o Programa de Educação de Rua – PER, no centro expandido de São Paulo (Centro Velho, Tiradentes, Região da Luz, Lapa, Pinheiros, Praça Marechal Deodoro, Butantã, Pacaembu, Freguesia do Ó e mais que faltarem) em uma parceria da Prefeitura do Município de São Paulo com a Fundação Projeto Travessia.

O PER caracteriza-se pelo trabalho diário em que "educadores desenvolvem atividades nas ruas com crianças e adolescentes, para que deixem de utilizá-las como espaço de permanência e moradia, em trabalho na construção de vínculos de confiança entre educadores e crianças".<sup>1</sup>

Este trabalho já era realizado no Centro Velho de São Paulo pela Fundação Projeto Travessia desde o ano de 1996 gestado por empresas e sindicatos de trabalhadores.

A Sra. Marta Suplicy, prefeita do município de São Paulo, eleita para administrar a cidade com uma proposta democrática, participativa e cidadã, seguindo seu programa de governo (pensei em citar/transcrever o que se propôs para a criança e o adolescente no programa de governo, mas não o tenho), abriu licitação(?, quando? Como?) sendo a Fundação Projeto Travessia aprovada para iniciar a parceria.

Além do PER a Fundação teve aprovadas e assumiu, suas propostas de trabalho nas zonas sul e leste da capital, com as Estações Cidadania e Casas de Acolhida, uma em cada região.

Os educadores sociais da Fundação Projeto Travessia deveriam atuar, em todos os programas, em parceria com a rede instalada na cidade (saúde, educação, cultura, lazer, esporte, assistência social).

---

1. BRASÍLIA, DF: Fórum Mídia & Educação, 2001. Fontes de educação: guia para jornalistas. CENPEC.



Durante os 19 (dezenove) meses de trabalho, contados a partir de agosto/2002 até março/2004, muitas dificuldades foram enfrentadas pelos educadores ao buscarem a parceria com a rede.

Exemplos vários podem ser citados:

- a recusa da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo para atender um adolescente sem documento (embora eu tenha entrado em contato com o SindSaúde (Sindicato que representa os trabalhadores da saúde, sejam técnicos, administrativos ou operacionais, no estado de São Paulo), mesmo não sendo eu a educadora que encaminhava a questão, a diretora que me atendeu informou que a Santa Casa é referência do SUS e não poderia ter se recusado a atender em hipótese alguma, citou o ECA e disse ainda que caberia um Boletim de Ocorrência. Nenhuma denúncia foi feita);
- a inexistência de vagas nas casas de acolhida;
- a "escolha" do adolescente para ser aceito nas casas de acolhida;
- a falta de vagas no ensino regulamentar, desde creches até ensino fundamental e médio;
- a ausência de programas para atendimento às famílias;
- os obstáculos encontrados para a participação dos educadores nos Fóruns instituídos (regionais, municipais, estaduais) em defesa da criança e do adolescente; nas Conferências regionais, municipais, estaduais e nacionais que ocorreram no ano de 2003; nos Conselhos de Segurança/Conseg's e demais espaços aglutinadores de discussão que envolvem os direitos da criança e do adolescente em situação de risco pessoal e social;
- a falta de conhecimento dos presumíveis parceiros (polícia) da presença dos educadores sociais da Fundação nas ruas (Pinheiros por exemplo, educadores desrespeitados e veladamente ameaçados por policial que escondia arma de cano curto entre a mão e o peito, não dirigindo a palavra a eles, mesmo estado estes com o crachá visível, denúncias mal encaminhadas que geraram notificação para comparecimento na Delegacia de Polícia para depoimento, que chegou em nome da educadora);
- a falta de estratégias para ações com os já ditos presumíveis parceiros que poderiam colocar crianças e adolescentes em medidas protetivas e não em risco (como aconteceu na praça Marechal Deodoro: as crianças apanharam da polícia, os conselheiros tutelares ficaram olhando, os educadores foram parar na delegacia, quando a ação era para prender o traficante e possibilitar que as crianças não fossem mais exploradas por ele, na seqüência as crianças e adolescente voltaram para a rua, poucos dias depois o traficante);



- a dificuldade para negociar um acompanhamento mínimo após a reintegração familiar ou mesmo quando da adoção de medidas sócio-educativas;
- Etc, etc, etc...

No ano de 2004 a prefeitura lançou novo edital (como é de lei?) para licitação, em que constavam a expansão do número de Casas de Acolhida e de Estações Cidadania, como já era previsto, aumentando também a área a ser abrangida pelo PER. No entanto não disponibilizou verba suficiente (verificar os valores).

Apenas a Fundação Projeto Travessia apresentou proposta procurando adequar a verba disponível com a demanda solicitada, o que não foi aceito pela prefeitura.

Diante desta situação o trabalho descaracterizou-se, pois os educadores foram colocados, sob orientação da Secretaria de Assistência Social (reunião SAS 12/03/2004), em aviso prévio a partir de 1º de março de 2004. Sendo assim, o quadro de trabalhadores diminuiu sensivelmente, levando-se em conta que um número considerável de educadores buscou nova colocação, já que se encontravam frente a frente com a situação do desemprego. Alguns outros que não conseguiram pronta recolocação optaram por manter o aviso prévio, diante do desapontamento causado pela falta de seriedade e compromisso das partes empregadoras, mesmo que em certos momentos houvesse por parte da Fundação o aceno de que alguma possibilidade de continuidade poderia existir, o que de fato ocorreu, mas temporariamente: o convênio foi prorrogado até o final de maio, período no qual se daria o processo de transição para outra entidade que viesse a assumir o trabalho de educação de rua no centro de São Paulo, o que não ocorreu até o momento. Aponta-se ainda a possibilidade da Fundação dar continuidade para o PER, com diminuição de carga horária e salários, em prejuízo dos atendimentos.

Outras entidades (por exemplo D. Duarte) em decorrência da diminuição do repasse de verbas para a área social também diminuiu seu quadro de empregados sobrecarregando o serviço (informação obtida pela Haydé) o que provocou a saída de educadores. Para compensar estas inesperadas demissões a entidade contratou dois funcionários por salários menores.

As atividades desenvolvidas nas regiões sul e leste foram assumidas por outras entidades que contrataram educadores sociais por salários menores.

Como é possível manter a qualidade do trabalho diante de tantos desmandos? Como garantir o atendimento se o educador que diariamente está em contato direto com a criança ou adolescente na rua, nas casas de acolhida ou estações cidadania não tem um terreno firme para auxiliar o educando a planejar sua história de vida? Haverá alguém para dar continuidade ao trabalho? Quem será este educador? Já não basta tantas e tantas perdas sofridas por estas crianças, adolescentes e suas famílias, até



mesmo antes de nasceram, num desrespeito acintoso ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)?

Com tantas indagações e indignações os educadores sociais, profissionais capacitados e responsáveis, comprometidos com a possibilidade de uma sociedade mais justa, começaram a se organizar. Foram 4 (?) encontros que culminaram com uma manifestação de educadores que percorreu as ruas do centro de São Paulo no dia 23/03/2004. Durante o trajeto, paramos diante do prédio da SAS, quando a Sra. Márcia não sei das quantas, chefe do gabinete da Secretária de Assistência Social, Sra. Aldaíza Sposatti, veio ter com os manifestantes, julgando que estes reivindicavam a manutenção dos empregos, que aliás é legítimo, mas foi esclarecido que não era disto que tratávamos naquele momento, mas sim da manutenção dos serviços prestados.

Seguimos até o Viaduto do Chá, onde fizemos nossa segunda parada em frente ao Gabinete da Prefeitura de São Paulo. Um grupo de representantes composto por um membro do Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum CMDCA), um representante do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente da Sociedade Civil da Cidade de São Paulo (CMDCA), um conselheiro do Conselho Tutelar Sé, o coordenador da Organização Não Governamental (ONG) (?) Cheiro de Capim, um educador da Fundação Projeto Travessia, foi recebido pelo assessor... (completar)

## **CONSIDERAÇÕES**

Por um lado procura-se implementar apenas nas regiões sul e leste, via Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, o Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar PROASF. Segundo a Sra. Márcia não sei do que, o programa é criado como consequência dos resultados apresentados pelos relatórios da Fundação, que apontam a necessidade do atendimento às famílias (reunião SAS 12/03/2004).

Por outro lado, através das necessidades levantadas no Fórum Regional Sé/Comissão Social, pelos educadores de rua e de abrigos, a SAS/Central encomenda projeto emergencial ao que os educadores responderam com o Projeto Ponte, caracterizado para atender 30 crianças por equipamento, que estejam na região central como acolhimento não definitivo, nem duradouro, mas emergencial, para propiciar encaminhamentos a posteriori.

Alguns equívocos começam a se apresentar. Um deles, e talvez o mais importante, é sobre o PROASF. Este Programa foi aprovado na reunião do CMDCA, realizado em 19 de fevereiro de 1995. Caracteriza-se por uma necessidade de implementação de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, a ser implantada globalmente na cidade de São Paulo, não sendo o que hoje se realiza nas regiões sul e leste.



O PROASF exaustivamente estudado, implementado supervisionado no período de 1995/1996 tem como base a família, sendo constituído por 7(sete) programas que se complementam, num fluxograma não equipamentista. Neste fluxograma cada sub prefeitura teria:

- educadores de rua;
- conselhos Tutelares com seus conselheiros devidamente capacitados como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e uma equipe técnica;
- casas de passagem com equipe de educadores, técnicos e trabalhadores da infra-estrutura, envolvendo ainda todas as subsecretarias de cada sub prefeitura.

Um dos programas do PROASF é a educação cooperativa, fundada em 03 eixos: teoria e prática do trabalho, educação formal e cooperativismo (produção e serviço).

Outra peça importante deste Programa é o trabalho com a comunidade, tanto a que precisa de apoio como a que não precisa, buscando ainda as potencialidades dos envolvidos e não as necessidades, com o objetivo de que realmente sejam sujeitos de direito, protagonistas, construtores e executores de fato e de direito de suas histórias de vida.

Provavelmente, decorridos alguns anos da bem sucedida experiência, sejam necessários alguns ajustes, pois muitas águas rolaram nesta última década, o que não invalida seus atributos progressistas.

## **COMO AVANÇAMOS**

Diante de todo o exposto é possível constatar o descaso das autoridades responsáveis pela implementação dos programas de atendimento a uma população que sofre as conseqüências de políticas sócio-econômicas perversas, presente hoje em todo o planeta e que estas mesmas autoridades teimam em reproduzir na nossa cidade, no nosso país e na nossa Latino América.

Fruto de uma identidade individualista e fragmentada pensam em soluções pontuais que em nada auxiliam para a construção de um mundo mais solidário e justo.

Por isso continuamos a nos organizar, buscando parceiros para aprofundar nosso entendimento sobre o tema, a fim de consolidarmos ações que fortaleçam a mudança dos rumos que aprofundam a desigualdade, a injustiça, a fome e a exclusão da maioria da população.



## **O QUE QUEREMOS**

- políticas públicas permanentes e universais para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social;
- programa de atendimento integral e integrado globalmente implementado no município de São Paulo;
- verbas destinadas para o programa previstas no orçamento do município.

Reuniões: quintas-feiras

Horário: 19:00

Local: Dom Bosco

Contatos: Adriana, Cirlene, Daniel, Denise Djalma, Elizangela, Fabio, Heliane, Reginaldo, Rute, Sandra (respectivos telefones)

